

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

DE QUANTAS

ESCOLHAS

**2023**

É FEITA UMA

SOLUÇÃO?

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 DE QUANTAS ESCOLHAS É FEITA UMA SOLUÇÃO?

## Conselho Diretor

Mariana Luz (presidente)  
Marcos Lisboa  
Ricardo Sennes  
Sergio Leitão

## Conselho Científico

Rudi Rocha (presidente)  
Ariaster Chimeli  
Izabella Teixeira  
Marcelo Paixão  
Marcos Lisboa

## Conselho Fiscal

Plínio Ribeiro (presidente)  
Fernando Furriela  
Zeina Latif

## Equipe

DIRETOR-EXECUTIVO  
Sergio Leitão

DIRETORAS DE PESQUISA  
Jaqueline Ferreira  
Larissa Rodrigues

GERENTES DE PESQUISA  
Juliana Luiz  
Rafael Giovanelli

COORDENADORA DE PESQUISA  
Emily Brandão

GERENTE DE PROCESSOS INSTITUCIONAIS  
Gisela Cordeiro

ANALISTA DO DEPTO. FINANCEIRO  
Rafael Cardoso

GERENTE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL  
Cinthia Sento Sé

ANALISTA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL  
Gabriela Matos

GERENTE DE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA  
Salette Cangussu

## Créditos da publicação

COORDENAÇÃO EDITORIAL  
Cinthia Sento Sé

EDIÇÃO DE TEXTO  
Sergio Leitão e Cinthia Sento Sé

EDIÇÃO DE ARTE  
FIB - Fábrica de Ideias Brasileiras

# APRESENTAÇÃO

NÃO SE PODE MAIS FINGIR QUE O PROBLEMA NÃO EXISTE

NEM ADIAR A ADOÇÃO DE NOVAS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

A tragédia vivida pelo Rio Grande do Sul colocou em evidência o que vem sendo dito há anos, por organizações e pesquisadores, sobre os possíveis efeitos da mudança do clima sobre a vida de todos nós e sobre os setores produtivos da sociedade. Infelizmente, os impactos sociais, ambientais e econômicos não eram invenção, tampouco exagero. A realidade chegou da pior forma e os recursos da União serão imprescindíveis para reconstruir o que foi perdido.

**Por tudo isso, não se pode mais fingir que o problema não existe nem adiar a adoção de novas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico. A tragédia gaúcha marca um momento de grande mudança no país no contexto da emergência climática.**

Ao lançar este relatório – em um momento tão grave e decisivo para o Brasil – o Instituto Escolhas reafirma seu foco na identificação dos desafios que travam o desenvolvimento sustentável do país e no apontamento das soluções possíveis para que a gestão pública e a sociedade como um todo possam destravá-los. Este segue sendo o nosso compromisso e você pode conferir nas páginas a seguir o que fizemos para avançar nesse sentido ao longo de 2023.

**EQUIPE ESCOLHAS**

01

02

03

04

05

06

O

R

Á

M

**Ñ**

U

S





**Ao longo de 2023, celebramos a aprovação de leis e projetos de lei que receberam subsídios diretos do Escolhas em sua elaboração, bem como avanços na legislação brasileira inspirados por propostas apresentadas em nossos estudos e ações de *advocacy*.**

# 2023

## JANEIRO

No primeiro dia do ano, o presidente Lula revogou o Decreto nº 10.966, que criou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala. Na prática, o decreto incentivava o garimpo ilegal, que hoje é uma das principais ameaças à floresta amazônica e a seus povos.

## MARÇO

A Receita Federal publicou a Instrução Normativa RFB nº 2.138, que implementa o uso de notas fiscais eletrônicas na comercialização do ouro oriundo dos garimpos. A normativa entrou em vigor em agosto.

## ABRIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu, por unanimidade, a presunção de boa-fé no comércio do ouro extraído nos garimpos. Dados do estudo **Raio X do Ouro: mais de 200 toneladas podem ser ilegais**, que pautou todo o debate nacional sobre o tema, foram citados na decisão do ministro Gilmar Mendes.

Acesse o link para conhecer o estudo



## MAIO

O presidente Lula sancionou nova lei que expande o rol de atividades econômicas sustentáveis permitidas dentro das concessões de florestas públicas (Lei nº 14.590). Tal ampliação e outras mudanças trazidas pela nova legislação foram propostas pelo estudo **Destravando a agenda da bioeconomia: soluções para impulsionar as concessões florestais no Brasil**.

Acesse o link para conhecer o estudo



## JUNHO

O presidente Lula enviou ao Congresso o Projeto de Lei nº 3.025, com propostas de mudança para o comércio do ouro. Assim como os Projetos de Lei nº 836/21 e nº 2.159/22, também destinados a essa atividade, o PL nº 3.025 foi elaborado a partir de dados e informações fornecidos pelo Escolhas.

## AGOSTO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar lançou o Programa Florestas Produtivas, inspirado nos dados trazidos pelo estudo **Como a bioeconomia pode combater a pobreza na Amazônia?** e pelas análises do Escolhas sobre recuperação florestal.

Entrou em vigor a Instrução Normativa BCB nº 406, que orienta as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, corretoras de títulos e valores mobiliários e distribuidoras de títulos e valores mobiliários (DTVMs) – quanto aos procedimentos a serem adotados na compra de ouro. De acordo com o documento, essas instituições “devem observar que não há presunção de legalidade do ouro adquirido, nem presunção de boa-fé da pessoa jurídica adquirente”.

Acesse o link para conhecer o estudo



## SETEMBRO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar lançou o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Ainda durante o governo de transição, o Escolhas propusera uma Política Nacional de Agricultura Urbana como estratégia de combate à fome e promoção da segurança alimentar no país.

Foi sancionada, em Belém, a Lei nº 9.916, que institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana da capital paraense. Dados do estudo **Os desafios e o potencial da agricultura urbana e periurbana em Belém**, desenvolvido pelo Escolhas em parceria com a Prefeitura, impulsionaram e subsidiaram a criação da lei aprovada.

## DEZEMBRO

A Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou o texto do PL nº 836/21, elaborado com o apoio técnico do Escolhas. O projeto aperfeiçoa o controle sobre a comercialização de ouro por instituições financeiras, para que o metal adquirido apresente comprovação de sua origem legal e conformidade ambiental. É mais um passo em direção à rastreabilidade.

Acesse o link para conhecer o estudo





**Em 2023, desenvolvemos 9 estudos, que deram origem a 16 publicações e embasaram ações de articulação e *advocacy* com tomadores de decisão nas três esferas da gestão pública.**

**Esses estudos e iniciativas foram agrupados de acordo com suas áreas prioritárias de influência nas páginas a seguir. Confira!**

TODOS OS DADOS PRODUZIDOS PELO ESCOLHAS SÃO DISPONIBILIZADOS EM RELATÓRIOS TÉCNICOS COMPLETOS, DISPONÍVEIS PARA DOWNLOAD EM NOSSO SITE.



# OS ESTUDOS



# MINERAÇÃO

“



Já no primeiro semestre de 2023, a agenda de combate ao comércio ilegal do ouro brasileiro obteve significativas vitórias, como a derrubada da presunção da boa-fé e a adoção de notas fiscais eletrônicas. Agora, é preciso avançar em outros pontos cruciais, como a regulamentação para um sistema de rastreabilidade de origem e a eliminação do uso do mercúrio na exploração do metal.

LARISSA RODRIGUES



# MÚLTIPLAS ARTICULAÇÕES PARA CONTROLAR A CADEIA DO OURO NO BRASIL

No primeiro trimestre, o Escolhas cumpriu intensa agenda de encontros e articulação junto à gestão federal, levando, principalmente, dados e propostas para coibir a exploração do ouro ilegal e gerar emprego e renda na Amazônia a partir de iniciativas da bioeconomia. As audiências com os ministros Flávio Dino (MJSP), Waldez de Góes (MIDR), Marina Silva (MMA), Sônia Guajajara (MPI) e Paulo Teixeira (MDA) e as reuniões com Roberto Campos Neto (presidente do Banco Central), Joenia Wapichana (presidenta da Funai) e Robinson Barreirinhas (secretário da Receita Federal) foram fundamentais para os avanços verificados ao longo do ano no âmbito do combate ao ouro ilegal.



SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL,  
ROBINSON BARREIRINHAS



MINISTRA SÔNIA GUAJAJARA



MINISTRO FLÁVIO DINO  
E EQUIPE



PRESIDENTA DA FUNAI,  
JOENIA WAPICHANA



A apresentação da proposta do Escolhas para a implementação de um sistema de rastreabilidade do ouro brasileiro, feita a Campos Neto, resultou na formação de um grupo de trabalho voltado para o tema e influenciou diretamente a publicação da Instrução Normativa BCB nº 406 de 31/7/2023 sobre mecanismos de compliance para instituições que compram ouro. Ainda em janeiro, o Escolhas colaborou com o Greenpeace, coassinando uma peça *amicus curiae* para ação de combate ao garimpo ilegal junto ao Supremo Tribunal Federal (ADI nº 7.273).

O Escolhas também esteve na Assembleia Anual do Instituto Kabu, realizada em Novo Progresso, no Pará, de 28 a 30 de março. O evento reuniu cerca de cem indígenas das aldeias afiliadas ao Kabu, além de convidados.

Em maio, a gerente de portfólio Larissa Rodrigues participou do **Correio Debate: Caminhos do ouro**, que reuniu autoridades e especialistas em Brasília para discutir a cadeia do ouro brasileiro e suas implicações. No evento, que teve presença de representantes da Receita Federal e do Ministério de Minas e Energia, além de pesquisadores e parlamentares, o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes comentou sobre a decisão de sua autoria que suspendeu o princípio da boa-fé, validada posteriormente pelo colegiado do STF, e destacou a importância dos dados do Instituto Escolhas para a medida, uma vez que demonstraram a insegurança jurídica da presunção da boa-fé. Estudos do Escolhas também foram citados, no mesmo evento, pela presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, e pelo secretário nacional de Acesso à Justiça, Marivaldo Pereira.



Accesse o link para assistir o debate



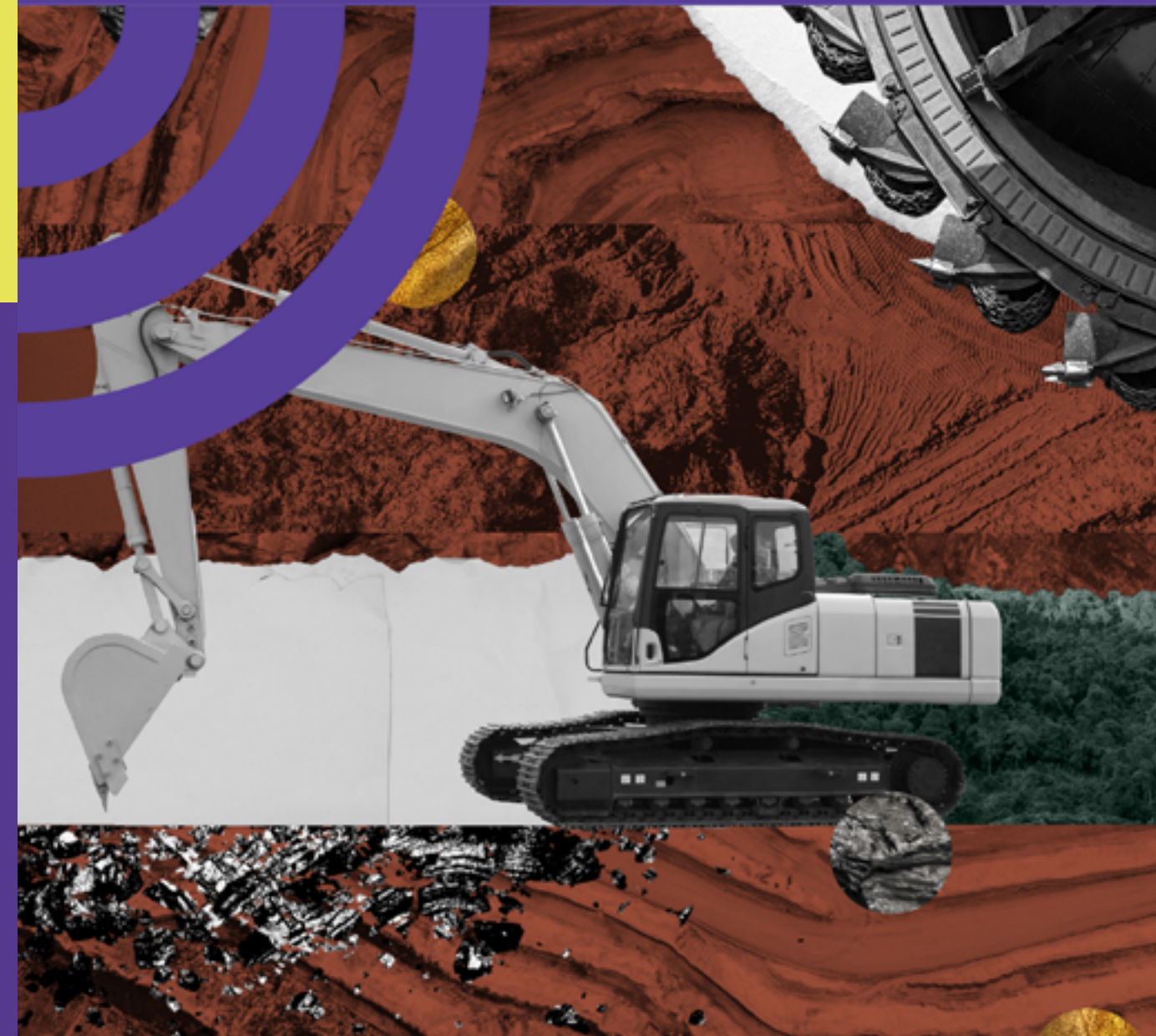




JUNHO / 2023

## Abrindo o livro caixa do garimpo

INSTITUTO  
ESCOLHAS



Em junho, lançamos o estudo *Abrindo o livro caixa do garimpo*, com informações sobre o fluxo de entradas e saídas das operações dessa atividade na Amazônia. O trabalho revelou que o investimento para iniciar uma operação de garimpo de balsa na região ultrapassa R\$ 3 milhões. Já nos garimpos de baixão, o investimento inicial gira em torno de R\$ 1,3 milhão. Esses números provam o quanto a atividade garimpeira demanda investimento de grande porte, encontrando-se, portanto, muito distante de sua origem artesanal.

Accesse o  
link para  
conhecer  
o estudo



Uma reportagem do jornal Valor Econômico revelou que em 2023 as exportações de ouro registraram queda de 19,3% em volume, para 77,7 toneladas, e de 28,9% em valor, para US\$ 3,5 bilhões. Segundo o texto, a queda se deveu ao impacto do fim da presunção da boa-fé e da adoção de notas fiscais eletrônicas na comercialização do ouro ilegal. Como se viu nas páginas anteriores, tais mudanças contaram com a colaboração direta de estudos do Escolhas.



Valor

ASSINE

### Exportações de ouro caem após novas regras contra mercado ilegal

Em 2023, país exportou 20 toneladas a menos do que em 2022; medidas dificultaram que metal fosse esquentado pelos canais de legais de comércio, mas governo precisa fazer mais, dizem especialistas

Por Marcos de Moura e Souza — De São Paulo  
06/02/2024 05h00 · Atualizado há um mês





# USO DA TERRA



Desmatamento, combate à pobreza, regularização fundiária e financiamento da agropecuária podem parecer temas dissociados à primeira vista, mas estão intrinsecamente ligados no debate sobre o desenvolvimento sustentável do Brasil. Debate que precisa ser complexificado e ampliado para dar conta de oferecer as soluções que o país demanda neste momento.

SERGIO LEITÃO





# USO E OCUPAÇÃO DO SOLO: A CHAVE PARA ENTENDER COMO VIABILIZAR UMA AMAZÔNIA MAIS JUSTA E SUSTENTÁVEL

O estudo **O combate à pobreza pode contribuir para o fim do desmatamento no Brasil?** – que abriu nossa leva anual de lançamentos – trouxe, pela primeira vez no contexto brasileiro, uma análise do desmatamento em conjunção com formas de privação econômica em ampla escala geográfica, abarcando todo o território nacional com dados anuais (2012-2019).

A pesquisa investigou em que medida o desmatamento é impactado por variações no número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza e no número de integrantes do mercado formal de trabalho no Brasil, partindo da premissa de que o desmatamento é uma atividade insalubre,



Acesse o link para conhecer o estudo



arriscada e indesejável para os indivíduos que a executam na ponta.

Os resultados apontaram que a redução de 1% no índice da população em situação de extrema pobreza, com renda familiar mensal inferior a R\$ 70 por pessoa, está associada à redução de 42,7 mil hectares no desmatamento total do país. Já o aumento em 1% do índice de empregos formais – ou o equivalente a mais 462 mil pessoas com emprego formal no país – tem relação com a diminuição do desmatamento em 87,6 mil hectares, uma área superior ao tamanho do município de Goiânia.



APRESENTAÇÃO DO ESTUDO  
À MINISTRA MARINA SILVA



Em outubro, o Escolhas lançou o estudo **Mesmo jogo, novas regras: uma solução fundiária para a Amazônia, que propõe um novo arcabouço fundiário para o país.** Desenvolvido em parceria com o Grupo de Políticas Públicas (GPP) da Esalq/USP, o trabalho reuniu um time de especialistas na área e foi apresentado ao GT de Governança Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e ao **secretário de Governança Fundiária do MDA, Moisés Savian.**

O estudo teve ampla repercussão por revelar que quase um quarto da Amazônia brasileira, ou 118 milhões de hectares, são terras públicas ainda sem destinação definida e, portanto, vulneráveis à ocupação irregular. Segundo os dados, a Amazônia tem 59,4 milhões de hectares de terras públicas sem destinação e ainda não ocupadas, áreas que devem ser imediatamente destinadas à conservação ambiental. Se isso for feito, o território terá 231 milhões de hectares protegidos, entre Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas. Hoje, são 171 milhões.



Acesse o link para conhecer o estudo





Em dezembro, lançamos o estudo **Recursos para a agropecuária e o financiamento climático, que traz um levantamento sobre os recursos públicos destinados em condições favorecidas para as atividades agropecuárias nos estados da Amazônia Legal e do Matopiba** – região com grande e crescente produção de grãos (soja e milho), formada, em sua maior parte, por áreas do Cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Acesse o link para conhecer o estudo



**DEZEMBRO 2023**

## RECURSOS PARA A AGROPECUÁRIA E O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Este estudo faz um levantamento sobre os recursos públicos destinados em 2022, em condições favorecidas, para as atividades agropecuárias nos estados da Amazônia Legal e do Matopiba, região com grande e crescente produção de grãos (soja e milho), formada, em sua maior parte, por áreas do Cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Amazônia e Cerrado foram os biomas que mais perderam área de vegetação nativa nos últimos 30 anos (2005-2022), 54 e 32 milhões de hectares respectivamente. No mesmo período, essas biomas registraram a mesma extensão de aumento de área ocupada pela agropecuária\*.

Na atualização da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil (NDC, em inglês), o país se comprometeu com uma redução de 40,4% de suas emissões dos gases do efeito estufa (GEE) já em 2025 e de 53,1% em 2030. Qualquer caminho para alcançar tal ambição climática passa pela transformação do setor agropecuário, responsável por 27% do total das emissões brutas do país. Ainda mais relevante, é o fato de que a expansão da agropecuária é a principal causa da mudança de uso da terra (desmatamento), primeira fonte de emissões do país, correspondendo a 32% do total\*.

O cumprimento das metas brasileiras exige uma série de compromissos, inclusive, garantir recursos, o chamado financiamento climático, para promover um modelo produtivo mais sustentável. O problema é que o próprio Estado brasileiro tem investido financeiramente a agropecuária de forma massiva e longa, sem exigir, efetivamente, que agências do setor implementem boas práticas de produção e comercialização.

Os vultosos recursos destinados ao setor precisam ser viabilizados e considerados em uma agenda de trabalho para uma economia de baixa emissão de carbono. A busca do país por financiamento para essa transição não pode coexistir com a constante destinação de recursos públicos para produtores (e seus compradores) que promovem o desmatamento e não se comprometem com a recuperação e conservação da vegetação nativa de suas propriedades.

Acesse o estudo completo em [www.escolhas.org](https://www.escolhas.org)

**Benefícios tributários e subsídios**

Os dados relativos aos benefícios tributários e subsídios concedidos pela União são discriminados apenas por região. Por isso, destacamos aqui apenas os números da região Norte, que abriga 6 dos 9 estados que compõem a Amazônia Legal.

O benefício tributário consiste em oferecer tratamento privilegiado a determinado setor ou região em relação à regra tributária aplicável de modo geral, quantificável por meio da perda ou renúncia de receita\*\*.

**R\$ 5,9 bilhões**

É a estimativa de quanto o setor agropecuário recebeu em benefícios tributários da União na região Norte em 2022.

Desse total, 51% ou R\$ 3 bilhões, são oriundos dos benefícios tributários destinados à agricultura no âmbito da Zona Franca de Manaus.

O subsídio, ao contrário do benefício tributário, configura aumento das despesas da União. Um exemplo é o subsídio na taxa de juros de um financiamento, onde o Estado baixa a diferença entre a taxa de mercado e, efetivamente, assura o pagamento em lugar das partes beneficiadas\*.

**R\$ 4,4 bilhões**

Foi o total de subsídios da União para a agropecuária na região Norte em 2022.

**Os subsídios cruzados da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

A CDE diferencia-se dos demais subsídios, pois seus recursos não são públicos, mas se originam do chamado "subsídio cruzado": participantes do mercado de energia, principalmente consumidores, arcam com os subsídios por meio do pagamento de tarifas mais altas na conta de energia.

Com recursos da CDE, concede-se subsídios na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ao consumidor\*\*.

Em relação à agropecuária, foram R\$ 2,2 bilhões em todo o Brasil, resultado da soma de dois tipos de subsídios: R\$ 1,2 bilhão para irrigação e aquicultura e R\$ 1,1 bilhão para atividades rurais em geral. O total de recursos para agropecuária via CDE foi de R\$ 262,2 milhões nos estados da Amazônia Legal e R\$ 265,4 milhões nos estados da Bahia e Piauí, que só pertencem à região do Matopiba.

**Financiamento**

**R\$ 16,9 bilhões**

É o total do montante destinado pelos Fundos Constitucionais\* para o setor agropecuário nos estados da Amazônia Legal e Matopiba.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte\* (FNO) contraiu/ R\$ 11,8 bilhões em 2022. 70% desse recurso (R\$ 9 bilhões) foi destinado para a agropecuária. Nos estados, a proporção foi de:

PARÁ	R\$ 4,1 (34,7%)
TOCANTINS	R\$ 2,9 (24,6%)
AMAZONAS	R\$ 2,4 (20,3%)
PIAUI	R\$ 1,8 (15,3%)
MARANHÃO	R\$ 1,6 (13,6%)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste\* (FNE) contraiu R\$ 25,9 bilhões em 2022. 37% desse recurso (R\$ 9,5 bilhões) foi destinado para a agropecuária. Nos estados, que compõem a região do Matopiba, a proporção foi de:

MARANHÃO	R\$ 3,1 (32,6%)
PIAUI	R\$ 2,3 (24,5%)
BAHIA	R\$ 2,7 (28,5%)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste\* (FCO) contraiu R\$ 10,2 bilhões em 2022. 73% desse recurso (R\$ 7,4 bilhões) foi destinado para a agropecuária. A proporção recebida pelo Mato Grosso, em dois estados com maior montante liberado pelos fundos constitucionais, foi de:

MATO GROSSO	R\$ 3,3 (44,7%)
GOIÁS	R\$ 2,1 (28,4%)

**R\$ 4,2 bilhões**

É o total destinado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o setor agropecuário nos estados da Amazônia Legal e Matopiba.

Os estados onde a agropecuária mais recebeu recursos do BNDES foram:

MATO GROSSO	R\$ 2,1 bilhões
BAHIA	R\$ 808 milhões
MARANHÃO	R\$ 390 milhões
PIAUI	R\$ 320 milhões

\* Biomas nativos desmatados em 2022. \*\* Benefícios tributários e subsídios concedidos pela União são discriminados apenas por região. Por isso, destacamos aqui apenas os números da região Norte, que abriga 6 dos 9 estados que compõem a Amazônia Legal. \* O benefício tributário consiste em oferecer tratamento privilegiado a determinado setor ou região em relação à regra tributária aplicável de modo geral, quantificável por meio da perda ou renúncia de receita. \*\* O subsídio, ao contrário do benefício tributário, configura aumento das despesas da União. Um exemplo é o subsídio na taxa de juros de um financiamento, onde o Estado baixa a diferença entre a taxa de mercado e, efetivamente, assura o pagamento em lugar das partes beneficiadas. \*\*\* Com recursos da CDE, concede-se subsídios na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ao consumidor. \*\*\*\* Em relação à agropecuária, foram R\$ 2,2 bilhões em todo o Brasil, resultado da soma de dois tipos de subsídios: R\$ 1,2 bilhão para irrigação e aquicultura e R\$ 1,1 bilhão para atividades rurais em geral. O total de recursos para agropecuária via CDE foi de R\$ 262,2 milhões nos estados da Amazônia Legal e R\$ 265,4 milhões nos estados da Bahia e Piauí, que só pertencem à região do Matopiba. \*\*\*\*\* O estudo foi desenvolvido em parceria com o Instituto Escolhas e o Instituto de Políticas e Economia da Universidade de Brasília. O estudo foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

REALIZAÇÃO INSTITUTO ESCOLHAS

O trabalho toca em um ponto fundamental para o financiamento brasileiro das ações relacionadas à emergência climática, tanto no âmbito da adaptação quanto no da mitigação: a revisão do alto e constante volume de recursos destinados à agropecuária, setor reconhecidamente responsável pelas alterações no uso da terra, que, por sua vez, é o principal agente de emissão de gases de efeito estufa. Só em 2022, R\$ 21,1 bilhões em financiamentos e mais de R\$ 10,8 bilhões em benefícios tributários e subsídios foram concedidos às atividades agropecuárias nos estados analisados.





JACQUELINE FERREIRA



A produção de alimentos é uma agenda crucial para um planeta cada vez mais povoado e urbano. Por meio de seus estudos, o Escolhas vem traçando um panorama dos sistemas alimentares urbanos em diferentes regiões do Brasil, ao mesmo tempo que apresenta soluções para fomentar e fortalecer a produção local sustentável de alimentos e promover a segurança alimentar e nutricional a partir de melhorias dos instrumentos da gestão pública.



# SISTEMAS ALIMENTARES



# ACESSO À TERRA, MUDANÇAS NA LEI E PARCERIAS INTERSETORIAIS: A AGRICULTURA URBANA COMEÇA A SAIR DA INVISIBILIDADE NO BRASIL

Em março, a gerente de portfólio Jaqueline Ferreira apresentou dados sobre o potencial e os desafios da agricultura urbana na Região Metropolitana de São Paulo e na cidade de Belém (Pará) durante o seminário Como a agricultura urbana pode contribuir para a promoção de ambientes alimentares saudáveis e sustentáveis?, promovido pela Cátedra Josué de Castro em parceria com o Escolhas.



JAQUELINE FERREIRA  
APRESENTA DADOS DO ESCOLHAS

O tipo de trabalho que o Instituto Escolhas vem fazendo é pioneiro no Brasil, no sentido de mostrar o vínculo entre o potencial de ocupação de áreas urbanas com atividades produtivas que geram renda, que reorganizam os territórios, que combatem os desertos alimentares e oferecem às populações elementos de nutrição dos quais a população brasileira – e, de certa forma, a população global – é carente, que são os alimentos frescos.

RICARDO ABRAMOVAY

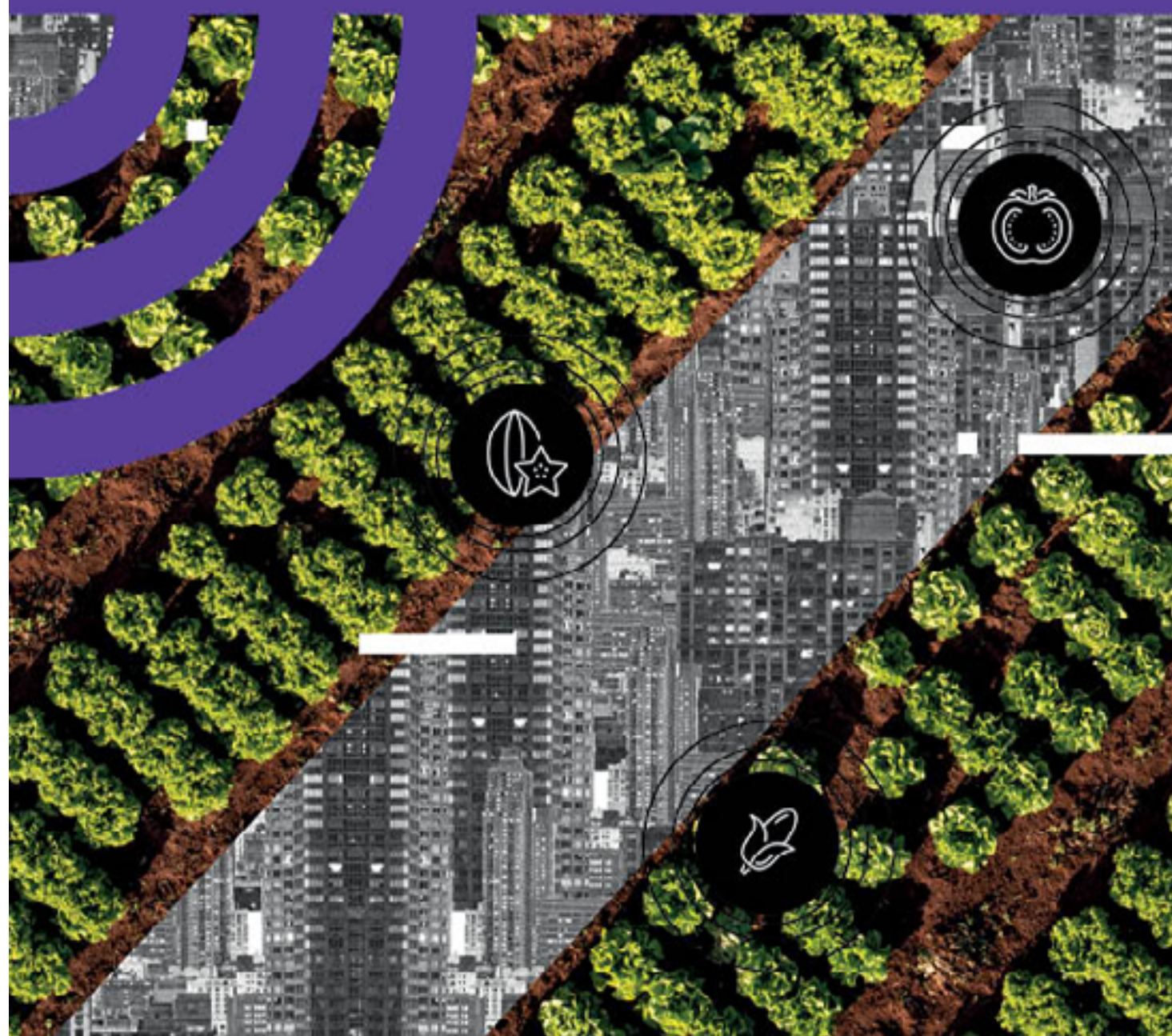




DEZEMBRO / 2023

## Como o Governo Federal pode apoiar os municípios no fomento à produção local de alimentos?

INSTITUTO  
ESCOLHAS



Acesse o link para conhecer o estudo



Em dezembro, o Escolhas lançou o estudo **Como o Governo Federal pode apoiar os municípios no fomento à produção local de alimentos?**, que, como diz o título, **traz recomendações para um apoio federal efetivo às estratégias municipais de fomento à produção local de alimentos, incluindo o direcionamento de recursos, a mobilização social e orientações para a disseminação da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP).**

Alinhada ao Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (Decreto nº 11.700 de 2023), a publicação sistematiza aprendizados desenvolvidos em estudos anteriores do Escolhas sobre esse tema e no aprofundamento da análise de programas municipais voltados para a AUP de três capitais brasileiras – Curitiba, Recife e Rio de Janeiro.



Em nossos estudos, o termo “bioeconomia” refere-se às **atividades econômicas que englobam todas as cadeias de valor da biodiversidade**, orientadas pelos conhecimentos tradicionais, pela ciência e pela busca de inovações no uso de recursos biológicos e renováveis com vistas a gerar atividade econômica circular, regenerativa, sustentável, inclusiva, com benefícios coletivos e locais.

# BIOECONOMIA



# BIOECONOMIA PÉ NO CHÃO: A FORÇA DA FLORESTA NO COMBATE À POBREZA

Os estudos a seguir têm em comum a busca de soluções para reduzir a pobreza por meio do fortalecimento das cadeias produtivas da bioeconomia. **Como a bioeconomia pode combater a pobreza na Amazônia?**, por exemplo, lançado em março, mostra como **o investimento em duas frentes – a horticultura e a recuperação florestal – configura-se como estratégia de enfrentamento à pobreza, promovendo uma transição econômica para cadeias sustentáveis** em detrimento daquelas que destroem a floresta, como o garimpo.



O estudo calcula que a recuperação de 5,9 milhões de hectares de florestas no Pará tem o potencial de gerar R\$ 13,6 bilhões de receita, criar 1 milhão de empregos diretos e reduzir em 50% o índice de pobreza no estado. Se o Maranhão aumentar sua produção para 187 mil toneladas, pode gerar R\$ 600 milhões de renda, criar 134 mil empregos diretos e reduzir em 9% o índice de pobreza no estado.

Acesse o link para conhecer o estudo



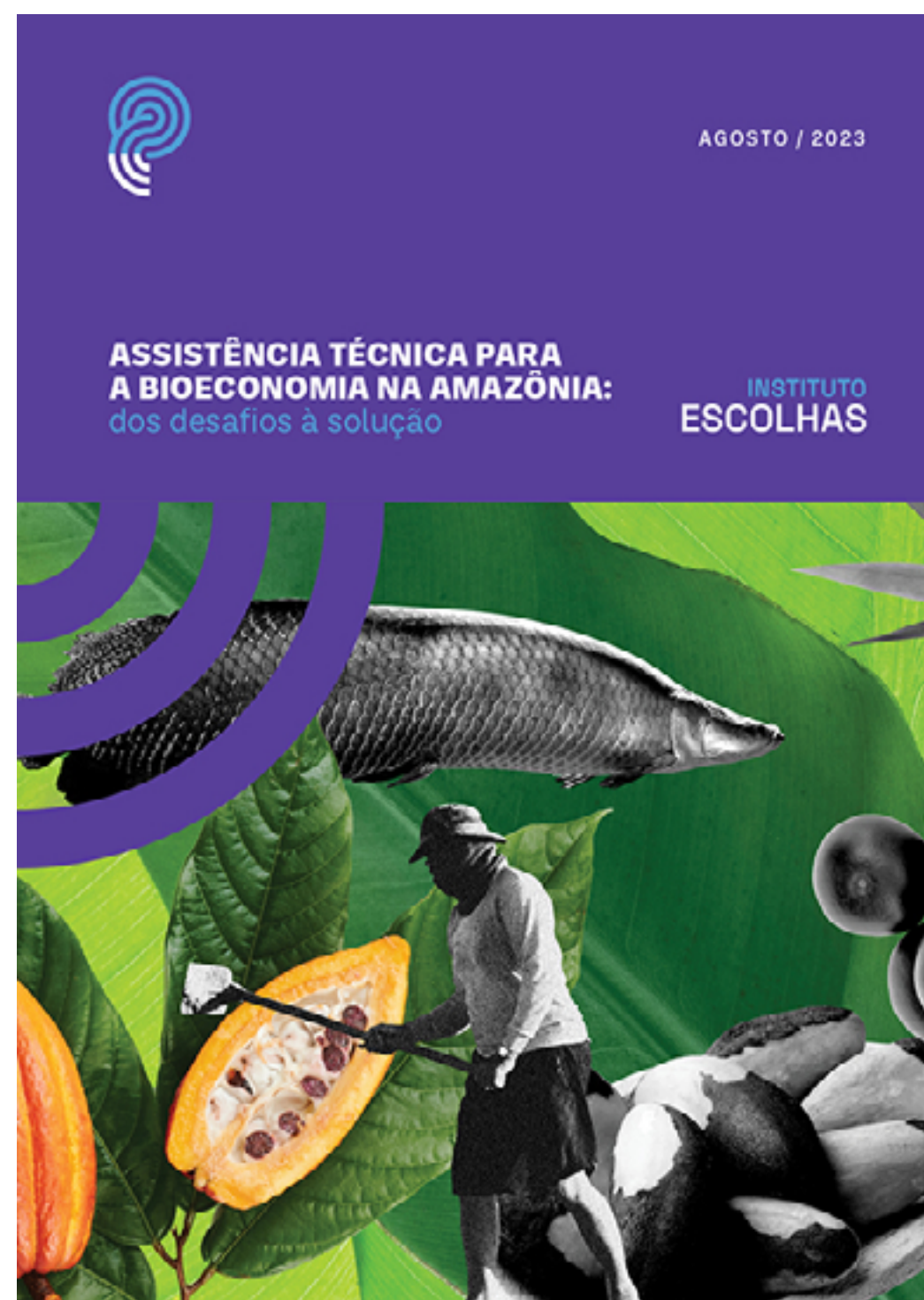


Já o estudo **Assistência técnica para a bioeconomia na Amazônia: dos desafios à solução**, lançado em agosto, levanta as principais demandas dos produtores de açaí, andiroba, cacau, castanha-do-brasil e pirarucu e traz propostas de fortalecimento das iniciativas de Ater. **E vai além, propondo um Sistema Único de Assistência Técnica para o país nos moldes do SUS, o Suater.**



**DIÁLOGOS DE ATER PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

Acesse o link para conhecer o estudo



**ENTREGA DO ESTUDO AO DEPUTADO JOSEILDO RAMOS**

Essa foi, aliás, a **proposta apresentada pelo Escolhas no seminário Diálogos de Ater para a agricultura familiar: proposta para a criação de um sistema unificado**, promovido pelo MDA em Brasília três meses mais tarde. A ideia foi abraçada pelo deputado **Joseildo Ramos**, que contou com a assessoria do Escolhas para a construção do projeto de lei que propõe a criação do Suater.



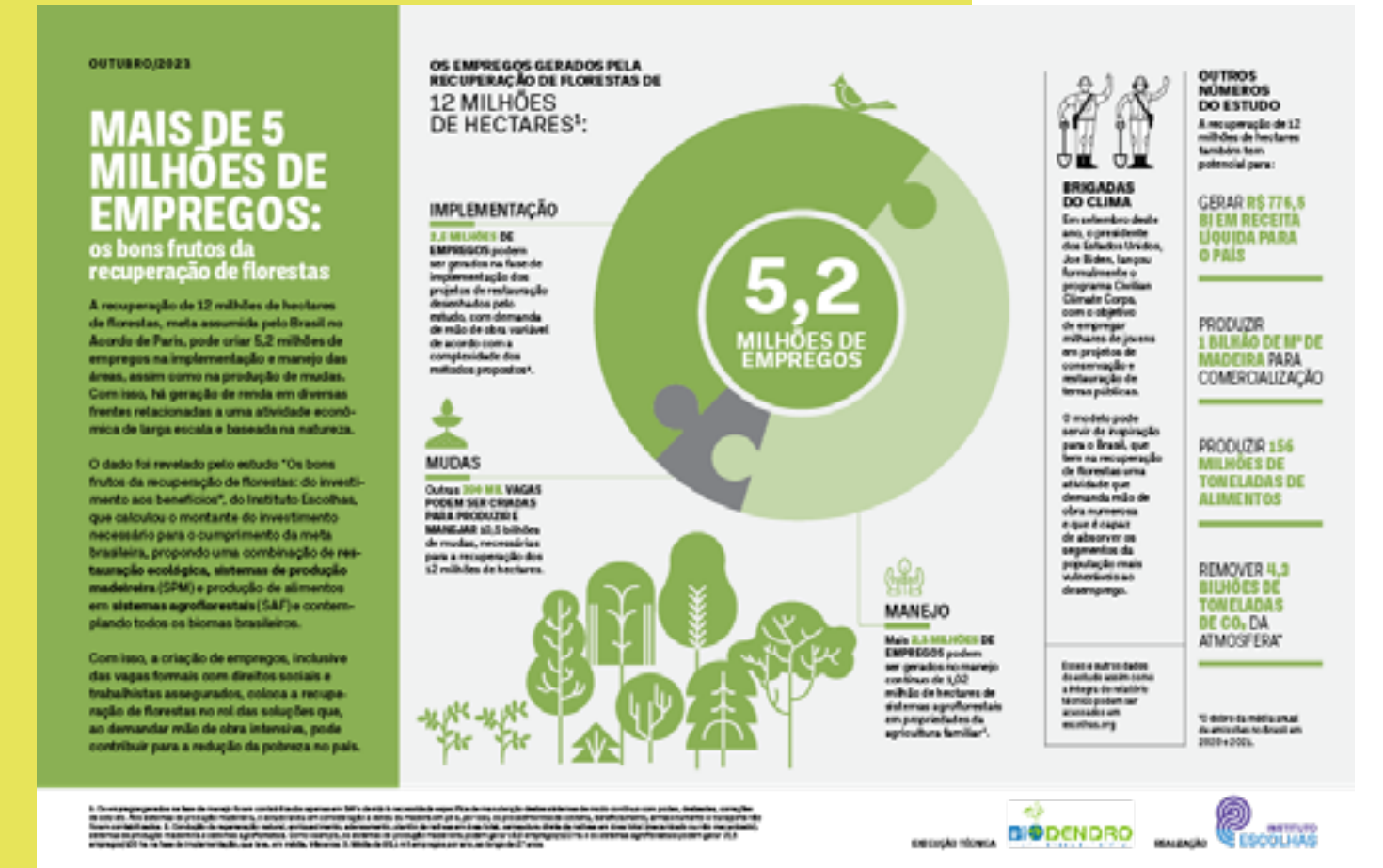
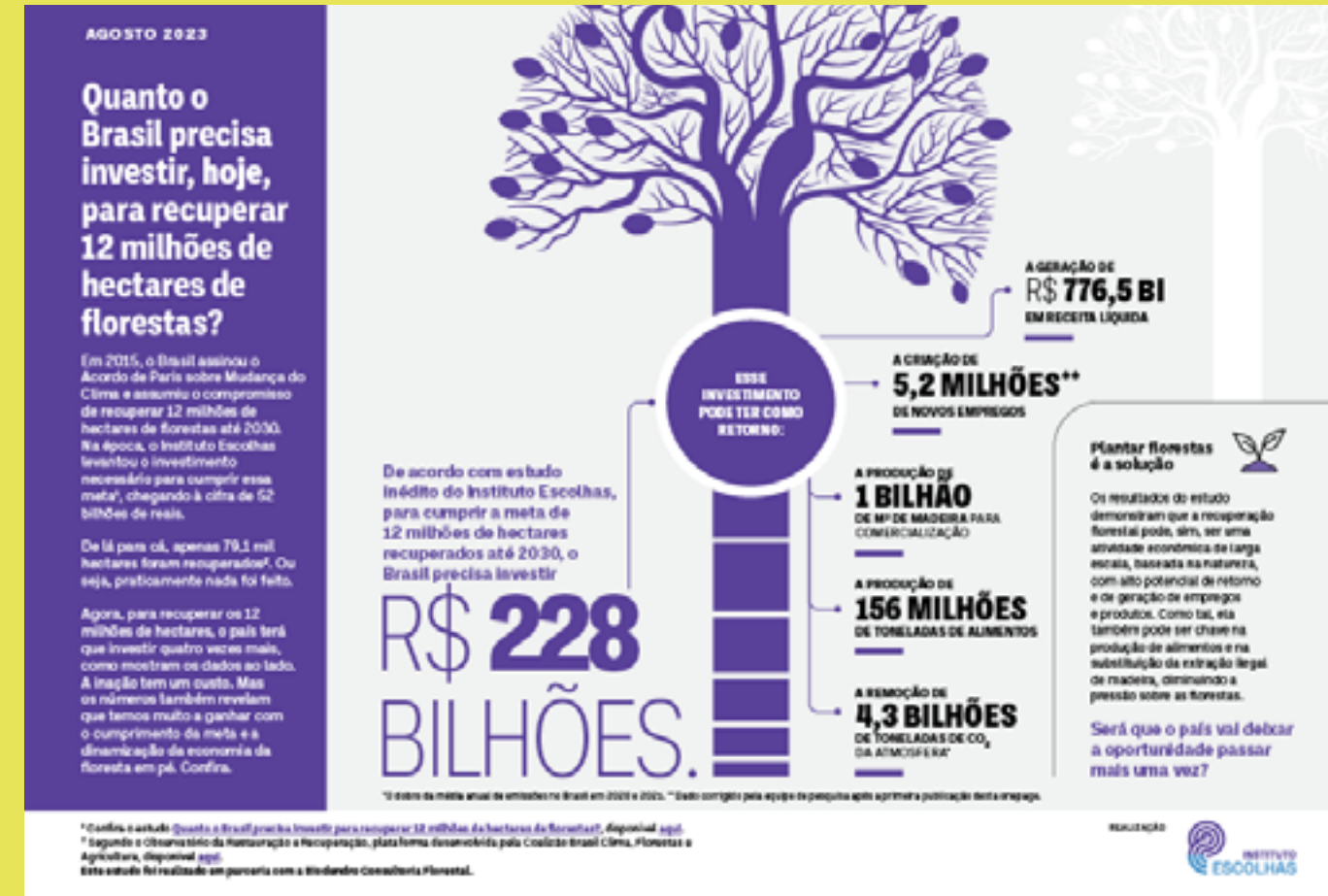
Em setembro, o Escolhas lançou o estudo **Os bons frutos da recuperação de florestas: do investimento aos benefícios**, que estima o investimento necessário para recompor a vegetação nativa em ampla escala de modo a alcançar a meta de restauração e reflorestamento de 12 milhões de hectares apontada na INDC-Brasil\*.

\* A Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC, na sigla em inglês) registra compromissos e contribuições dos países signatários do Acordo de Paris.

O trabalho revela que o investimento em recuperação florestal tem potencial de gerar R\$ 776,5 bilhões em receita líquida e criar mais de 5 milhões de empregos no país. A aplicação dos modelos propostos pela pesquisa resultaria, ainda, na produção de 1 bilhão de m<sup>3</sup> de madeira para comercialização e de 156 milhões de toneladas de alimentos.

Os resultados e propostas do estudo foram apresentados ao diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro, Garo Batmanian, e ao diretor de Concessão Florestal e Monitoramento do Sistema Florestal Brasileiro, Renato Rosenberg, uma vez que os dados trazem soluções que podem ser adotadas em acordo com a **Lei nº 14.590\***, sancionada pelo presidente Lula em maio. A lei amplia o rol de atividades econômicas sustentáveis permitidas dentro das concessões de florestas públicas.

\* O estudo **Destravando a agenda da bioeconomia: soluções para impulsionar as concessões florestais no Brasil**, desenvolvido pelo Escolhas, foi subsídio fundamental para os documentos que deram origem à lei sancionada.





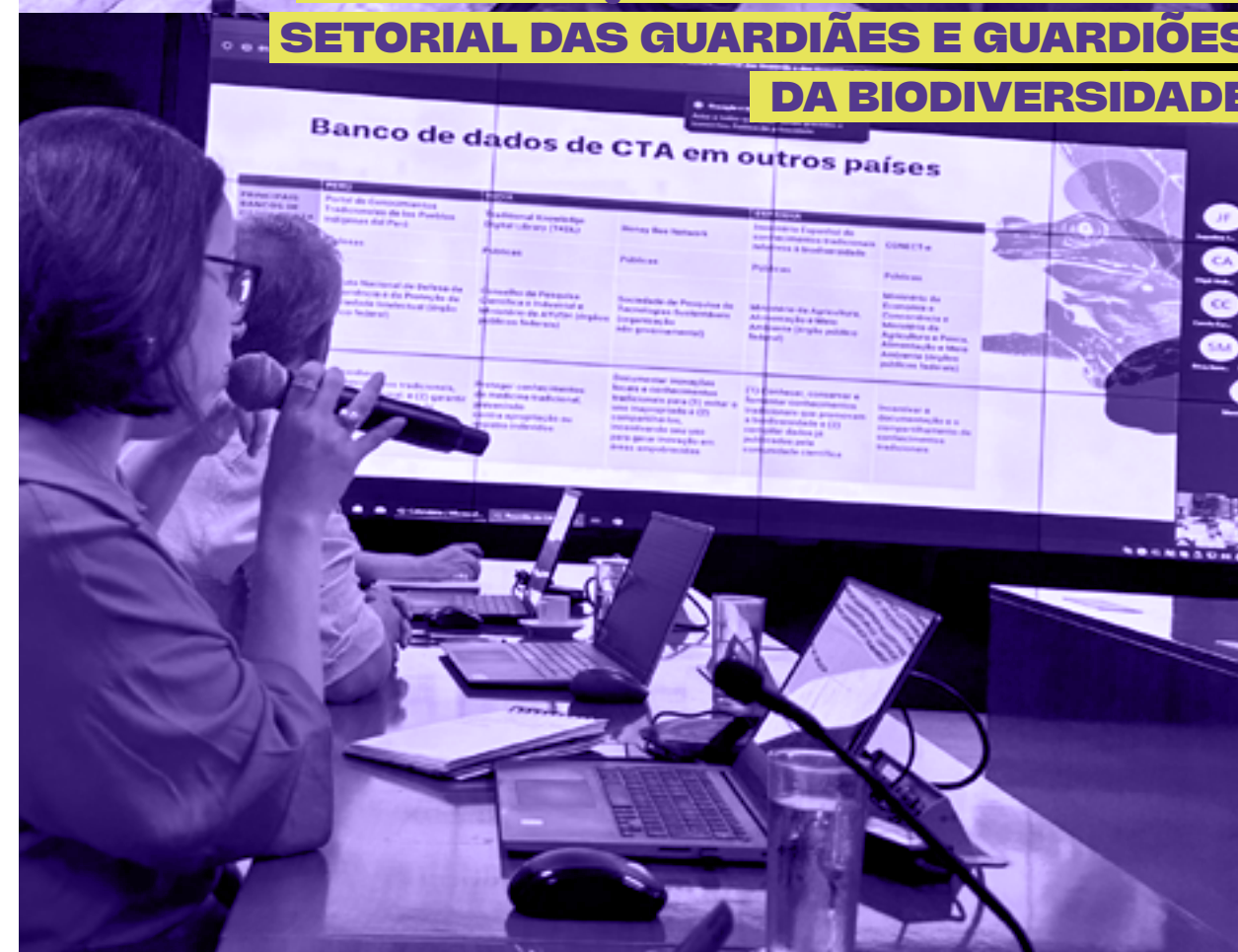
# ACESSO, USO E MONITORAMENTO: O CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO (CTA) NO CENTRO DO DEBATE

Os conhecimentos tradicionais sobre os princípios ativos de espécies da biodiversidade são basilares para o desenvolvimento de pesquisas e produtos da bioeconomia. E, por isso, o aprimoramento de instrumentos para monitorar o acesso de pesquisadores e empresas ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético é fundamental para fortalecer a bioeconomia e garantir que sejam respeitados os direitos dos povos e comunidades tradicionais detentores desses saberes.

A abordagem desse tema pelo Escolhas incluiu **uma série de diálogos com representantes de povos e**



**APRESENTAÇÃO DO ESTUDO À CÂMARA SETORIAL DAS GUARDIÃES E GUARDIÕES DA BIODIVERSIDADE**



**MAIRA SMITH E CRISTIANE JULIÃO**



Acesse o link para conhecer o estudo



**comunidades tradicionais, estudiosos e membros do poder público, a fim de apresentar a premissa a ser estudada e os resultados intermediários.** Um dos pontos de partida da pesquisa foi a utilização de bancos de dados como ferramenta da gestão pública para orientar pesquisadores e empresas em suas atividades de pesquisa, desenvolvimento de produtos e repartição de benefícios.

A pesquisa analisou a legislação e o uso de bancos de dados de CTA em outros países, como Peru, Índia e Espanha. Ao fim, o Escolhas desenvolveu uma proposta de banco de dados que pode ser empregada para subsidiar o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) na construção de uma ferramenta brasileira de rastreabilidade do acesso e monitoramento da utilização de CTA. **A proposta foi entregue em 25 de agosto de 2023 à Câmara Setorial das Guardiãs e Guardiões da Biodiversidade, instância do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen).**

Além disso, no mesmo dia de seu lançamento, em 18 de outubro, o estudo **Monitoramento do uso dos conhecimentos tradicionais: como o Brasil pode avançar nessa agenda?**, que orientou o desenvolvimento da proposta de banco de dados entregue, foi apresentado em sua íntegra ao CGen, em Brasília.



# DE OLHO NAS CONCESSÕES DE FLORESTAS NA AMAZÔNIA

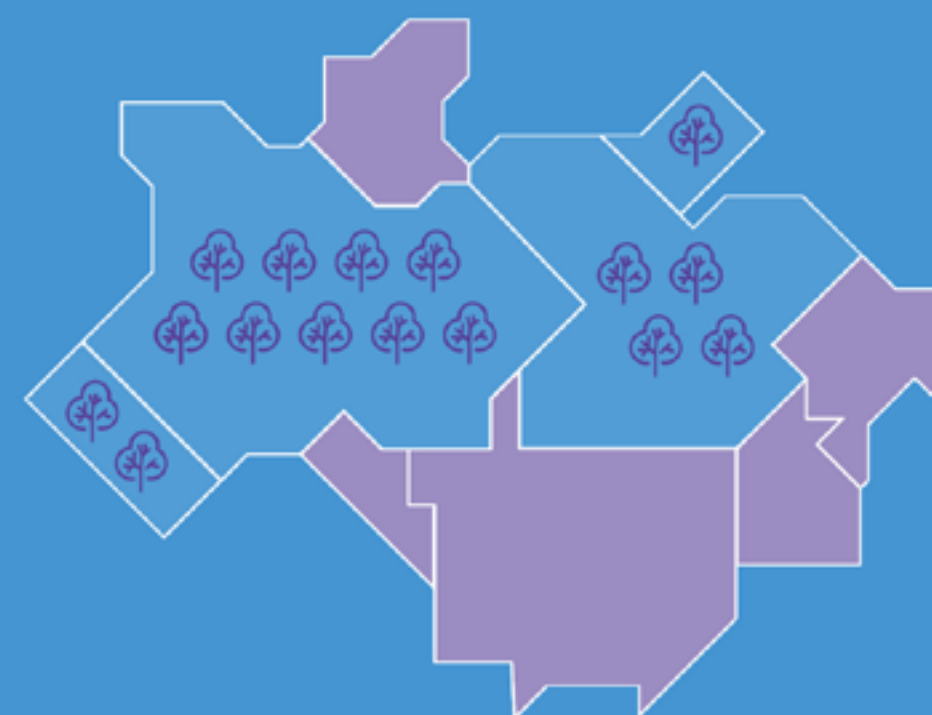
Em maio, o Escolhas lançou o policy brief **O potencial desperdiçado das concessões florestais estaduais na Amazônia Legal.**

Os dados mostram como os estados dessa região, onde estão mais de 96% das florestas públicas estaduais do Brasil, têm deixado de lado as concessões e os recursos que elas podem gerar.

A publicação traz, ainda, o detalhamento da situação atual de cada estado em relação ao tema, indicando que apenas 551 mil hectares estão sob concessão com contrato vigente – sendo nove unidades de manejo no Pará e uma no Amapá.



**POLICY BRIEF**  
O potencial desperdiçado das concessões florestais estaduais na Amazônia Legal



MAIO 2023

6

INSTITUTO  
ESCOLHAS

Também em maio, o presidente Lula sancionou a Lei nº 14.590, que viabiliza novas atividades econômicas sustentáveis dentro das concessões de florestas públicas, permitindo que, para além da exploração da madeira, os concessionários desenvolvam atividades econômicas sustentáveis, a exemplo da comercialização de créditos de carbono.

O estudo **Destravando a agenda da bioeconomia: soluções para impulsionar as concessões florestais no Brasil**, desenvolvido pelo Escolhas, deu origem à lei sancionada.

Acesse o link para conhecer o estudo







# UFRJ

# CÁTEDRA ESCOLHAS

# NOVOS BOLSISTAS

O edital 2023 da Cátedra Escolhas de Economia e Meio Ambiente contemplou a mato-grossense **Ana Paula Magalhães da Silva**, graduada em Engenharia de Transportes e mestranda em economia na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), e o paraense **Fernando Queiroz**, economista e mestrando em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia na Universidade Federal do Pará (UFPA).

**A Cátedra Escolhas é o único programa de bolsas para alunos de pós-graduação em ciências econômicas que estudam o desenvolvimento socioeconômico e sua relação com o meio ambiente no Brasil. Atualmente, as vagas são destinadas a pesquisadores no mestrado, nascidos ou atuantes na Amazônia Legal, prioritariamente indígenas e afrodescendentes. Desde a sua fundação, a Cátedra Escolhas já concedeu 40 bolsas para mestrandos e doutorandos.**

ANA PAULA MAGALHÃES DA SILVA



FERNANDO QUEIROZ





# PUBLICAÇÕES DA CÁTEDRA

Acesse o link para  
conhecer o estudo



Desde a sua criação, a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) protegeu nada menos que 1,6 milhão de hectares. O número foi revelado no policy brief **A Lei da Mata Atlântica e a proteção da floresta mais ameaçada do Brasil**, de Keyi Ussami, lançado no mesmo dia em que o Senado votava a MP nº 1.150/2022. Além de alterar o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 2012), a MP também propôs mudanças na Lei da Mata Atlântica, como a dispensa do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e de medidas de compensação ambiental para empreendimentos lineares (linhas de transmissão de energia, gasodutos ou sistemas de abastecimento público), salvo em Áreas de Preservação Permanente. As mudanças foram vetadas posteriormente.

KEYI ANDO USSAMI



**Esse foi o oitavo  
policy brief da  
Série Bolsistas  
da Cátedra  
Escolhas.**



MAIO 2023 SÉRIE ESPECIAL BOLSISTAS DA CÁTEDRA ESCOLHAS

8

**POLICY BRIEF**  
A Lei da Mata  
Atlântica e a proteção  
da floresta mais  
ameaçada do Brasil



INSTITUTO  
ESCOLHAS

Acesse o link para  
conhecer o artigo de  
Juliana Brandão



Acesse o link para  
conhecer o artigo de  
Graciele Sbízero



Foram publicados com o apoio do Instituto Escolhas os artigos **“Mapeamento da cadeia de valor do cumbaru na Baixada Cuiabana: ação de fortalecimento e desenvolvimento endógeno”**, de Graciele Sbízero, e **“O comércio internacional de biodiversidade: uma análise a partir do Sistema de Emissão de Licenças CITES”**, de Juliana Brandão, ambas bolsistas do edital 2022.

Brandão contou com a colaboração do professor Harley Silva, doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Já o artigo de Sbízero teve coautoria de Grazielle Servilha e Alexandro Rodrigues Ribeiro e foi apresentado no 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober).

JULIANA BRANDÃO



GRACIELE SBÍZERO





# NOVOS DOUTORES

**Em 2023, o Escolhas celebrou a conquista do doutorado de quatro pesquisadores da Cátedra.**



**Denize Silva** (edital 2019) defendeu a tese “**Ensaios sobre subsídios ao transporte público urbano**” pela Universidade de São Paulo (USP).



**André Andrade** (edital 2019) defendeu a tese “**Governing Climate Change in Brazil - A Governance Gap Analysis of Selected Cases**” pela Universidade de Potsdam, na Alemanha.



**Fernanda Valente** (edital 2020) defendeu a tese “**Ensaios em estatística espacial**” também pela Universidade de São Paulo.



**Ludgero Barros** (edital 2021) defendeu a tese “**Interações econômicas e agroecológicas na Amazônia: análise dos mercados alternativos da Rede Maniva de Agroecologia**”, pela Universidade Federal do Pará (UFPA).



# PRESENÇA INSTITUCIONAL, ARTICULAÇÃO E ADVOCACY





**CAMINHOS PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA NO BRASIL**

**Sérgio Leitão**  
Diretor Executivo do Instituto Escolhas



Que podemos nos tornar produtores de petróleo na margem Equatorial e ainda melhorar nossas credenciais ambientais, zerando o



**AUDIÊNCIA COM O PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL, ROBERTO CAMPOS NETO**



**I CICLO DE PALESTRAS SOBRE DIREITO MINERÁRIO - A MINERAÇÃO E SEUS COMPLEXOS DESAFIOS**



**33º ENCONTRO ESTADUAL DO MST SÃO PAULO**



**WORKSHOP PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE FOMENTO À AGRICULTURA URBANA: APRENDIZADOS A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE CURITIBA**



**SEMINÁRIO "RETOMADA ECONÔMICA VERDE - APRENDIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO DA AGENDA BRASILEIRA"**



**APRESENTAÇÃO DE ESTUDO À CONTAG**



**MINISTRO PAULO TEIXEIRA RECEBE O ESTUDO SOBRE BIOECONOMIA E COMBATE À POBREZA**

**ENTREGA DE ESTUDO AO PRESIDENTE DO INCRA, CÉSAR ALDRIGHI**



**CONGRESSO GIFE**





**REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA POLÍCIA FEDERAL**



**CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMAZÔNIA E NOVAS ECONOMIAS**



**ENTREGA DE ESTUDOS AO DEPUTADO ZÉ SILVA**

**ESCOLHAS NO T20**

O Brasil está sediando, em 2024, o encontro do G20, grupo que reúne as maiores economias do mundo. Por isso, ao longo do ano, representantes de países-membros se reunirão aqui para discutir temas de relevância global e com potencial de influenciar as declarações oficiais a serem publicadas pelos integrantes do G20 ao fim do encontro.

Em 2023, o Instituto Escolhas foi convidado a fazer parte do T20, grupo de engajamento do G20 que reúne *think tanks* e centros de pesquisas de Estados-membros e países convidados.

O Escolhas assumiu a coordenação do tema “Investimentos em infraestrutura sustentável, inclusiva e resiliente”, alocado na força-tarefa 02 - “Ação climática sustentável” - do T20 Brasil. O subtópico priorizará discussões sobre resiliência climática das cidades e mecanismos financeiros para sua viabilização.

Em parceria com organizações internacionais (ERIA - Economic Research Institute for ASEAN and East Asia, da Indonésia, e SFOC - Solutions for Our Climate, da Coreia do Sul), o Escolhas está trabalhando na sistematização e composição das diferentes recomendações sobre o tema enviadas por *think tanks* de todo mundo, com objetivo de informar e influenciar os tomadores de decisão governamentais envolvidos no processo de discussão oficial do G20.



**REUNIÃO COM O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, GARO BATMANIAN**



**OFICINA DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS CIDADES**



**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA CÂMERA DOS DEPUTADOS**



**IV CINTURÃO CULTURAL DO TAPAJÓS**



**REUNIÃO COM A DEPUTADA CÉLIA XAKRIABÁ**





Relatório de atividades

2023

# COMUNICAÇÃO



# PRESEANÇA DIGITAL

2023 ano começou com um novo site. Com navegação intuitiva, a ferramenta facilita o acesso aos nossos estudos e notícias relacionadas a eles. A novidade também traz uma área exclusiva para a Cátedra Escolhas, além de informações recorrentes, como composição da equipe e documentos institucionais.



REDES  
SOCIAIS

10% **YOUTUBE**

32% **INSTAGRAM**

78% **LINKEDIN**

## ESCOLHAS E NOVELO

Acesse o  
link para  
ouvir o  
podcast



Em março, o podcast Rádio Novelo Apresenta publicou o episódio Parecia simples, que traz a história “Gelo na Amazônia”, produzida em parceria com o Instituto Escolhas.

A história traz dados e depoimentos sobre o que a ausência de gelo em pousadas da Amazônia revela sobre a desigualdade do acesso à energia elétrica no país. No podcast, Larissa Rodrigues, gerente de portfólio do Escolhas, explica por que é absurdo que milhares de brasileiros da região Norte não tenham acesso à eletricidade e explica a origem de toda essa situação.

**Entre 9 e 23 de março de 2023, o episódio disponibilizado nas plataformas Spreaker e Spotify contabilizou 110 mil downloads. Ouça o episódio *Parecia simples* disponível nos apps, no YouTube e no site da Rádio Novelo.**







# ARTIGOS PUBLICADOS

PLENAMATA

## Concessões florestais como pauta urgente no Congresso Nacional

07 março 2023 as 08:00

Compartilhe nas redes sociais



### CONCESSÕES FLORESTAIS COMO PAUTA URGENTE NO CONGRESSO NACIONAL

Stella Pieve e Jaqueline Ferreira

Plenamata, março de 2023

O GLOBO

## Passou da hora de controlar o garimpo na Amazônia

É imprescindível que a Agência Nacional de Mineração cancele 6ª rodada de disponibilidade

07/03/2023 00h05 · Atualizado há um ano



### PASSOU DA HORA DE CONTROLAR O GARIMPO NA AMAZÔNIA

Larissa Rodrigues

O Globo, março de 2023

NEXO POLÍTICAS PÚBLICAS

OPINIÃO

**CATEDRA JOSUE DE CASTRO**  
DE SISTEMAS ALIMENTARES RURAIS E SUSTENTÁVEIS

## Por que fortalecer a produção de alimentos também nas cidades

Jaqueline Ferreira 12 de Maio de 2023  
(atualizado em 28 de Dezembro de 2023)

Estimular a produção local de alimentos é um desafio que ultrapassa as possibilidades e capacidades isoladas dos municípios, uma vez que exige recursos financeiros, humanos e de coordenação entre diferentes instâncias e áreas da administração pública.

### POR QUE FORTALECER A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS TAMBÉM NAS CIDADES?

Jaqueline Ferreira

NEXO, maio de 2023

O GLOBO

## Brasil precisa de Lei de Responsabilidade Fundiária

Não se pode mais aceitar que políticos cheguem a postos eletivos carregados nos braços da invasão de terras

Por Larissa Rodrigues e Sergio Leitão  
07/09/2023 00h05 · Atualizado há 9 meses



### BRASIL PRECISA DE LEI DE RESPONSABILIDADE FUNDIÁRIA

Larissa Rodrigues e Sergio Leitão

O Globo, setembro de 2023



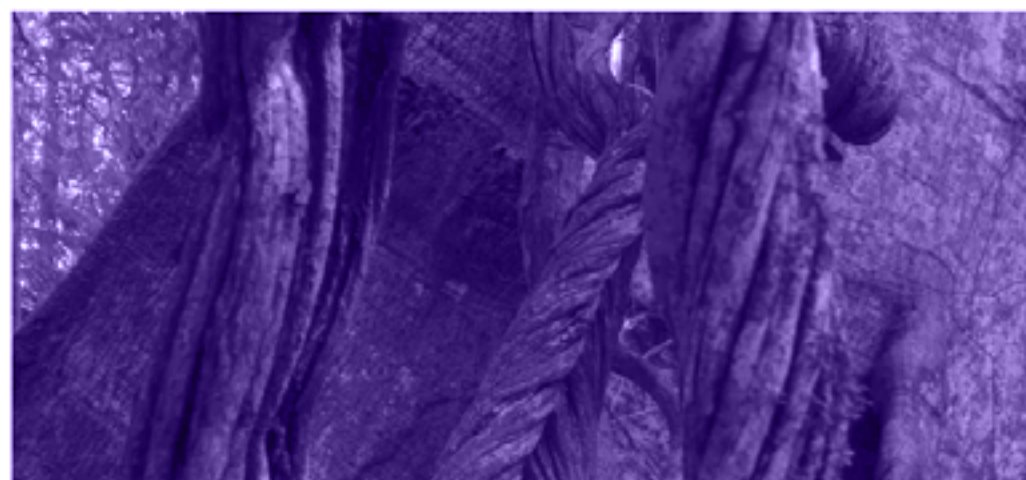
# ARTIGOS PUBLICADOS

## Recuperar florestas, um investimento lucrativo

Para cada R\$ 1 investido na recomposição das matas nativas exigida por lei na Amazônia, o país poderia obter, em retorno, cerca de R\$ 3,40

Por P. Pinheiro e V. Antonioli

12/09/2023 05h03 · Atualizado há 3 meses



### RECUPERAR FLORESTAS, UM INVESTIMENTO LUCRATIVO

Por P. Pinheiro e V. Antonioli

Valor Econômico, setembro de 2023

O GLOBO

## Transformação Ecológica, mas com que planos?

Programa não dá a devida atenção a outra anunciada prioridade do presidente Lula: o combate à pobreza

Por Sérgio Leitão\*

25/11/2023 04h31 · Atualizado há 6 meses



### TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA, MAS COM QUE PLANOS?

Sergio Leitão

O Globo, novembro de 2023

CNN BRASIL

Ao vivo Política Economia Esportes Pop

OPINIÃO

## Crise climática e o setor de alimentos: qual a parte do Brasil nesse debate?



### CRISE CLIMÁTICA E O SETOR DE ALIMENTOS: QUAL A PARTE DO BRASIL NESSE DEBATE?

Jaqueline Ferreira

CNN, dezembro de 2023

O GLOBO

## Terra que mal paga imposto

Imposto Territorial Rural é um tema que não poderia ter ficado ausente da reforma tributária aprovada na sexta-feira

Por Sergio Leitão

19/12/2023 00h05 · Atualizado há 5 meses



### TERRA QUE MAL PAGA IMPOSTO

Sergio Leitão

O Globo, dezembro de 2023





# TRANSPARÊNCIA





Confira nosso  
documento de  
Demonstrações  
Contábeis 2023.

ACESSE  
ATRAVÉS  
DO LINK  
OU DO  
QR CODE





**RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023** DE QUANTAS ESCOLHAS É FEITA UMA SOLUÇÃO?

[CLIQUE E ACESSE NOSSO SITE](#)